

Governo edita MP para legalizar 300 mil posses rurais, 86% na Amazônia

O presidente da República, Jair Bolsonaro, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, apresentarão hoje a MP (Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO)

O presidente Jair Bolsonaro marcou para hoje, às 18h, a cerimônia de assinatura da nova medida provisória destinada à regularização de posses em áreas rurais.

A MP da regularização fundiária prevê a legalização de 300 mil posses em assentamentos. Dessas, 147.316 já têm georreferenciamento executado, sendo 127.816 na Amazônia legal, ou seja, cerca de 86%.

Sua edição e de outros dois decretos sobre o tema, que deverão ser anunciados hoje, formam um pacote considerado pelo governo como um de seus mais ambiciosos projetos sociais.

Tem como foco assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), especialmente na Amazônia Legal, mas se expande para todas as regiões do país.

A MP dará um caráter legal à utilização de tecnologias remotas para checagem e vistoria das informações prestadas por posseiros. Ou seja, para o uso de satélites e até drones e os chamados Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs).

A ideia é utilizar a base de georreferenciamento já disponível no Incra.

O uso legalizado dessas novas tecnologia permitirá diminuir a burocracia nos pedidos de regularização. A tal ponto que o secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, chegou a anunciar que seria implantado um sistema de autodeclaração.

Com isso Nabhan criou uma polêmica em torno do risco de fraudes e explosão de assentamentos ilegais que atrasou a edição da MP.

O governo teve que explicar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que não haverá autodeclaração. O termo foi banido do projeto.

Além de se explicar ao TCU, o governo também teve que atender a exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto aos territórios quilombolas e às vistorias.

A preocupação passou a ser a de explicar que o novo processo de regularização apenas diminui o número de declarações para a legalização de ocupações ocorridas até 2014, quando foi criado o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Com uma vantagem: obrigará o posseiro a incluir sua propriedade no CAR (Cadastro Ambiental Rural) para conseguir a regularização. Se não tiver cumprido exigências ambientais, ele terá que se inscrever no PRA.

A regularização de assentamentos tem sido uma reivindicação de governadores, especialmente do Norte e do Nordeste, onde há mais assentamentos ilegais. Os governadores afirmam que a ilegalidade aumenta os riscos de desmatamentos e atrapalha a arrecadação de impostos.

“O vácuo legal, provocado pela falta de regularização, gera a ausência de responsabilidade, o que dificulta a identificação de eventuais responsáveis por crimes ambientais”, disse ao UOL o governador do Pará, Hélder Barbalho.

Segundo Barbalho, por outro lado o proprietário regularizado, uma vez inscrito no CAR, poderá acessar linhas de crédito especiais.

O governo federal pretende assinar convênios com os estados para regularizar as 300 mil posse. Destinará R\$ 140 milhões do Fundo Petrobras, obtido pela Operação Lava Jato, para a Amazônia Legal.

Por:UOL/Tales Faria

Colunista do UOL

10/12/2019 04h00

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/pesquisa-mostra-que-estudantes-com-bolsa-de-estudo-tiveram-nota-mais-alta/>